

OS ATUAIS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

NECESSIDADES DE I&DT

Em 2010, mais de metade da população mundial vivia em cidades. Na Europa, um dos continentes mais urbanizados do mundo, a população urbana representava, nesse ano, 73% da população total, destacando-se a Bélgica, com 97%, e a Dinamarca, com 87%. Em Portugal, a população urbana passou de 31% em 1950 para 61% em 2010, estimando-se que venha a atingir 71% em 2030 [1].

As cidades têm um papel fundamental no desenvolvimento territorial da União Europeia, como motores da economia, como espaços de conectividade, de criatividade e inovação e como centros de serviços. Mas concentram também graves problemas sociais, económicos e ambientais, como o desemprego, a segregação, a pobreza, o consumo energético e a poluição [2]. Esta dupla faceta coloca as cidades europeias na linha da frente da batalha do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus [3].

As cidades europeias enfrentam hoje importantes desafios que ameaçam o modelo social europeu e o seu desenvolvimento sustentável: mudanças demográficas, estagnação ou declínio económico, com enfraquecimento da articulação entre crescimento, emprego e progresso social, empobrecimento, polarização social e segregação espacial, expansão difusa e pressão sobre os ecossistemas [2]. Estes desafios colocam-se no quadro mais amplo dos grandes desafios territoriais: exposição aos efeitos da globalização, da integração europeia e da crescente interdependência entre regiões, segurança energética, vulnerabilidade dos sistemas naturais e do património paisagístico e cultural, diferente exposição aos efeitos das dinâmicas climáticas e aos riscos ambientais [4].

Mercê do modelo de desenvolvimento territorial prosseguido nas últimas seis décadas, as cidades portuguesas enfrentam hoje graves problemas de eficiência e sustentabilidade e, por essa via, dificuldades acrescidas para fazer face a estes desafios comuns. E têm prioridades territoriais específicas e urgentes: regeneração das áreas centrais, reurbanização das periferias e das áreas de ocupação dispersa e qualificação e integração das áreas ditas “de génese ilegal” [5].

Fontes: [1] UNITED NATIONS SECRETARIAT, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the, *World Population Prospects: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*, <http://esa.un.org/unup>, Monday, May 14, 2012; 12:22:42 PM; [2] COMISSÃO EUROPEIA, *Cidades do Futuro. Desafios, visões e percursos para o futuro*, http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/citiesoftomorrow/index_en.cfm, Bruxelas, Outubro 2011; [3] CONGRESS OF LOCAL AND REGIONAL AUTHORITIES OF EUROPE – *Recommendation 19 (1996) of the Congress of Local and Regional Authorities of Europe on aspects of urban policies in Europe*. Strasbourg: CLRAE, 1996; [4] INFORMAL MINISTERIAL MEETING OF MINISTERS RESPONSIBLE FOR SPATIAL PLANNING AND TERRITORIAL DEVELOPMENT, *Territorial Agenda of the European Union 2020. Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*, Gödöllő, 19 May 2011; [5] REPÚBLICA PORTUGUESA, *Os 24 problemas do ordenamento do território*, in: *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro, Diário da República, 1ª Série, nº 170

Objectivos

A Mesa Redonda visa dois objectivos principais: (i) identificar necessidades de I&DT para responder aos grandes desafios que hoje se colocam ao desenvolvimento sustentável das cidades portuguesas e (ii) debater potenciais contributos do LNEC para a construção desse conhecimento, em articulação com os responsáveis pela definição e execução das políticas públicas pertinentes e em colaboração com outras unidades e centros de investigação que integram o Sistema Científico Nacional.

Organização da Mesa Redonda

A Mesa Redonda será organizada de modo a focar e estimular o debate, que será estruturado em torno de cinco tópicos. O painel é constituído pelo moderador (*Vitor Campos, LNEC*) e cinco convidados:

- Salvaguarda e reabilitação do património urbanístico
Walter Rossa, FCTUC
- Coesão social em contexto urbano
José Manuel Henriques, ISCTE
- Espaço urbano e saúde
Paula Santana, FCTUC
- Gestão de infra-estruturas e provisão de serviços urbanos de interesse geral
Jaime Melo Baptista, ERSAR
- Ordenamento territorial e urbano e gestão ambiental
Paulo Pinho, FEUP

Público-alvo

- Representantes institucionais de entidades públicas e privadas que são protagonistas relevantes na definição e execução das políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento das cidades e à melhoria da qualidade de vida urbana;
- Investigadores e docentes integrados no Sistema Científico Nacional que desenvolvem actividades de I&D relacionadas com o desenvolvimento das cidades;
- Técnicos que exercem actividade na administração ou no sector empresarial, em áreas relacionadas com as temáticas correspondentes aos tópicos indicados.